crição do candidato BRUNO ALVES CÂMARA, por ter sido removido nos seis meses anteriores ao pedido de remoção do presente edital, nos termos do art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057/2006.

Os candidatos CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO e THIAGO RIBEIRO SANANDRES tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMF.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça JULIANA NUNES FÉLIX, que ocupa a 37ª (trigésima sétima) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE SALVATERRA, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.5. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Almeirim, Edital n.º 18/2021, Gedoc n.º 107.734/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que os candidatos inscritos desistiram de participar do certame e DETERMINOU que o cargo fique disponível para provimento inicial na carreira, devendo, no entanto, ser encaminhado ao e-mail funcional dos Promotores de Justiça Substitutos de 1ª entrância, solicitação para se manifestarem acerca de interesse de opção ao cargo deserto, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 2006.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

3.1.1. Processo nº 000118-804/2015 - SIGILOSO

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu

Origem: 5º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais de Altamira

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade e dano ao erário no Município de Vitória do Xingu, decorrente de procedimento licitatório.

O item foi apregoado como sigiloso e o Exmo. Conselheiro Relator, Dr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES, sugeriu que não fosse interrompida a transmissão da sessão, quando do julgamento daquele processo. O E. Conselho Superior, à unanimidade, concordou com o sugerido e DECIDIU pela não interrupção da sessão.

Após, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA, por conta da ausência de documentação comprobatória das ilegalidades noticiadas em procedimento licitatório realizado no Município de Vitória do Xingu.

Item 3.1.1 votaram os seguintes Membros: Ubiragilda Silva Pimentel, Presidente do Conselho Superior; Geraldo de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do MPPA e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo:

3.2.1. Processo nº 006667-030/2018 - SIGILOSO

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Origem: 6º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar se idoso foi vítima de negligência por parte de seus filhos O item foi apregoado como sigiloso e a Exma. Conselheira Relatora, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, sugeriu que não fosse interrompida a transmissão da sessão, quando do julgamento daquele processo. O E. Conselho Superior, à unanimidade, concordou com o sugerido e DECIDIU pela não interrupção da sessão.

Depois, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 89, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e do art. 57 da LC n.º 057/2006, visto que restou comprovado que o idoso não foi vítima de negligência ou maus tratos por parte de seus filhos.

3.2.2. Processo nº 000253-151/2014 - Retirado de pauta do 5º Plenário Virtual, pela Conselheira Relatora

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Izabela Jatene de Souza, Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Inquérito civil instaurado em face da sra. Izabela Jatene de Souza, então coordenadora do PROPAP, e do sr. Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Subsecretário de Administração Tributária do Estado do Pará, com base em ligação telefônica interceptada, onde a primeira solicita ao segundo a lista das 300 maiores empresas do estado do Pará para "pegar um dinheirinho delas"

A Exma. Presidente do Conselho Superior, Dra. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, apregoou o item. Ato contínuo, a Exma. Conselheira Relatora, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, leu o relatório de seu voto. Após, foram concedidos 15 (quinze) minutos ao Exmo. Advogado da Sra. Izabela Jatene de Souza, Dr. HÉRCULES DA ROCHA PAIXÃO, para realização de sustentação oral. Ao final, a Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO relatou o seu voto.

Diante o exposto, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 23, §3º, II, devendo ser designado outro Membro do Ministério Público para tomar as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do presente Inquérito Civil. DECIDIU, ainda, dar ciência à Corregedoria-Geral do MPPA para eventual supressão de produtividade do Membro arquivante. Itens 3.2.1 e 3.2.2 votaram os seguintes Membros: Ubiragilda Silva Pimentel, Presidente do Conselho Superior; Geraldo de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do MPPA e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (relatora), Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

3.3.1. Processo nº 000210-116/2013- Retirado de pauta do 5º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Nelson Medrado

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Servidores da SEFA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa supostamente cometidos pelos requeridos, alvo da ação penal processo n.º 0003085-37.2013.8.14.0401.

Item retirado de pauta.

3.4. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO

3.4.1. Processo nº 000119-086/2021- Retirado de pauta da 5ª Sessão Ordinária, pelo Corregedor-Geral do MPPA

Relator: NELSON PEREIRA MEDRADO

Vistor: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de Ulianópolis

Assunto: Apurar possível extração ilegal de madeira e o funcionamento de carvoarias irregulares no Município de Ulianópolis

Devido à ausência justificada do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, o item foi retirado de pauta.

4. Comunicação de vagas.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO da existência de vagas e DECIDIU pela abertura de edital para os seguintes cargos:

01 (uma) vaga para remoção na 3ª entrância: 4º PJ DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E DA TUTELA COLETIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE BELÉM;

01 (uma) vaga para remoção na 2ª entrância: 7º PJ AGRÁRIO DE SANTARÉM.

5. O que ocorrer.

O Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, comunicou que a reunião administrativa, agendada para junho, foi confirmada e ocorrerá no dia 16/06/2021 (quarta-feira), às 9h, no Plenário "Octávio Proença de Moraes", edifício-sede do Ministério Público do Estado do Pará. Nada mais foi deliberado.

Belém-PA, 10 de junho de 2021.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 666054

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº da Ata de Registro de Preços: 039/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 010/2021-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e TORINO INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 03.619.767/0005-15

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATION COM MONITOR

Data da Assinatura: 10/06/2021

Vigência: 11/06/2021 a 11/06/2022

Preço Registrado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	WORKSTATION HP Z4 G4 + 2x V24b DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONFORME RESUMO TÉCNICO QUE CONSTA DA PROPOSTA DA EMPRESA.	67	HP INC	WORKSTATION HP Z4 G4 + 2x V24b	R\$ 17.011,00 (DEZESETE MIL E ONZE REAIS)	R\$ 1.139.737,00 (UM MILHÃO, CENTO E TRINTA E NOVE MIL, SETECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

Ordenador Responsável: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Protocolo: 666073

PORTARIA Nº 1447/2021-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que o Ministério Público é titular da ação penal pública, conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça Dra. ANETTE MACEDO ALEGRIA, titular

do Cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal da Capital, para atuar como

longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do processo nº

0015754-78.2020.8.14.0401, conforme preleciona o art. 24 do Código de

Processo Penal, oferecendo a devida denúncia em desfavor de Rayssa Evellin

Genú dos Santos pela prática do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei nº

11.343/2006, em razão das fundamentações jurídicas apresentadas.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 09 de junho de 2021.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO

Protocolo: 665828

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº da Ata de Registro de Preços: 038/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 015/2021-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e NM CONFECÇÕES LTDA

CNPJ: 03.835.661/0001-25

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS, COM OU SEM BANDÓS

Data da Assinatura: 10/06/2021

Vigência: 11/06/2021 a 11/06/2022

Preço Registrado: